

CLIPPER BOOK MIRANDA			
MEDIA	EXPRESSO (Supl. Economia)		
Nº PAG.	17	DATA	4 fevereiro 2017

ENERGIA



Agostinho Pereira de Miranda, no seu escritório, em Lisboa. Este advogado, de 69 anos, além de ser professor de Direito da Energia, integra frequentemente comissões de arbitragem internacionais e é consultor do Banco Mundial. É o único membro português da International Academy of Trial Lawyers e foi nomeado especialista na área de Resolução de Conflitos nas edições de 2007, 2008, 2009 e 2010 do diretório European Legal Experts. FOTO JOSÉ CARIA

“Quem manda no petróleo são os mercados financeiros”

90% do mercado diário é feito de ‘barris de papel’, sem existência física

Quando chega à estação de serviço e olha para o painel dos preços dos combustíveis, provavelmente está longe de imaginar que, em grande medida, o que vai pagar foi determinado não pelos países que produzem, exportam e refinam petróleo, mas pelos mercados financeiros. Esses mesmos de que tanto tem ouvido falar nos últimos anos mas que, no fim do dia, se traduzem em algo indefinido, denso e até algo abstruso.

É que, diariamente, são transacionados cerca de 1000 milhões de barris de petróleo titulados nas praças financeiras de todo o mundo (são os chamados *paper barrels*, ou ‘barris de papel’) que, na verdade, não existem. Barris cheios de petróleo, de facto, são negociados 100 milhões por dia. “Ou seja, 90% deste mercado é financeiro. E esta financiarização do petróleo significa que tudo aquilo que a OPEP (Organização dos Países

Exportadores de Petróleo) faz, resulta — ou não — de acordo com a percepção que os mercados financeiros têm”, ou seja, a OPEP já não manda aqui, explica Agostinho Pereira de Miranda, advogado e especialista em direito da energia.

Nunca houve tanta especulação

Na verdade, sempre houve intermediação financeira no mercado do petróleo mas, segundo este responsável, nunca tanto como agora, o que acaba por dar lugar a uma primazia involuntária de componente especulativa que envolve todo o processo de formação de preços. E, afinal, são esses que acabam por pesar na carteira do consumidor.

Como se não bastasse, esta crescente financiarização dos mercados petrolíferos, há ainda que contar com uma valorização do dólar que se estima em 25%, a curto prazo, segundo Pereira de Miranda, induzido pelas políticas económicas de Donald Trump.

Acontece, porém, que esse fator pode acabar por resultar não no encarecimento do ouro negro mas numa pressão adicional sobre os preços, no sentido descendente — acabando por contrariar os anseios da OPEP que quer ver os preços aumentarem. Se isso depois se irá repercutir ou não no bolso do consumidor, mais tarde se verá. Certo, segundo aquele especialista, é que

FOCUS DE TENSÃO

Trump

O novo Presidente dos Estados Unidos quer taxar fortemente as importações de petróleo até 20%. Uma medida excessivamente protecionista que poderá criar desequilíbrios significativos nos mercados exportadores

Irão

Apesar dos cortes na produção acordados em finais de 2016, a OPEP está a permitir que o Irão suba a sua quota até aos 4 milhões de barris diários. Esta exceção poderá resultar num excesso de oferta a prazo

Abrandamento económico

Bastou a China ter diminuído as suas importações para que os excedentes de petróleo se acumulassem. Na verdade, um abrandamento das economias à escala global poderá baralhar ainda mais as contas da OPEP, que agora tenta controlar os stocks e os preços, mas sem sucesso aparente

até final do ano dificilmente se ultrapassará a fasquia dos 60 dólares por barril (esta semana o Brent cotou-se na casa dos 55/56 dólares/barril).

Porquê? As grandes companhias petrolíferas estão a desinvestir fortemente. “Só a norte-americana Chevron cortou 15% no investimento para 2017. O que até podem ser excelentes notícias para quem tem ‘instrumentos financeiros’ no mercado petrolífero”, sugere Pereira de Miranda. Pois trata-se de um indicador de que vai haver um momento no futuro em que se assistirá a uma tensão ascendente nos preços. “Acontece que essa tensão bate no ‘teto do shale (petróleo de xisto)”, que a partir dos 60 dólares por barril começa a ser altamente rentável”.

Além disso, toda a logística do shale — que é mais flexível que a das explorações convencionais — é rapidamente adotada e os Estados Unidos ‘disparam’ a sua produção. Isto é sinónimo de aumento da oferta e, logo, pressão para baixo na formação dos preços nos mercados internacionais. Ao que se junta ainda a taxa de 20% anunciada por Trump de 20% sobre as importações petrolíferas dos EUA. Ou seja, e como resume Pereira de Miranda, “demasiados fatores de perturbação num mercado cada vez mais imprevisível e volátil”.

VITOR ANDRADE

vandrade@expresso.imprensa.pt

“A OPEP já não é um cartel”

Desde 2000 que não tem capacidade para estabelecer preços. Agora tenta voltar a controlar quotas de produção

Em final de novembro do ano passado, a OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo, congratulava-se por ter conseguido um acordo para efetuar cortes na produção diária dos então atuais 33,6 milhões de barris para 32,5 milhões — uma queda de 3,27%.

Estabeleceu um período de seis meses, a partir de 1 de janeiro de 2017, que pode ser renovado por mais seis meses, caso todos os países membros concordem. Objetivo: fazer com que os preços do barril de petróleo subam nos mercados internacionais. E subiram, de facto, nos primeiros 12 dias a seguir ao anúncio do acordo, perto de 22%, passando dos 46 para os 56 dólares por barril. E até convidou outros países ‘não OPEP’ — com destaque para a Rússia — a alinharem pelo mesmo diapasão. Mas, desde então, os preços estabilizaram e não há sinais de que a tendência seja para subir muito mais.

Na verdade, a OPEP já não tem o poder que teve nas décadas de 70 e 80 do século passado, em que intervinha efetivamente na formação dos preços.

Agora é um ‘cartel burocrático’

Agostinho Pereira de Miranda garante que a OPEP deixou de ser um cartel, pois “deixou de ter a capacidade de fixar o preço (penso que a última vez que estabeleceu uma banda de preço entre os 22 e os 27 dólares foi em 2000) e a última que atuou sobre as quotas — antes da que está em vigor — foi em 2005”.

Agora, sublinha Pereira de Miranda, “é uma espécie de cartel burocrático. Deixou de ‘pensar’ no petróleo como uma arma de condicionamento dos consumidores” para passar a ser, por regra, um gestor de política regional. Além das tensões que têm diretamente a ver com os conflitos sociais islâmicos, a OPEP tenta gerir com pinças o desembargo (da produção) ao Irão, que agora se aproxima dos 4 milhões de barris diários, apesar do apelo aos cortes na produção. Por outro lado, tenta lidar o melhor possível com a desaceleração da economia chinesa e ainda com o que está para vir da Administração Trump. V.A.

“Há uma grande iliteracia energética em Portugal”

Muita gente não sabe do que fala quando se refere a energia e o Governo tem feito pouquíssimo para explicar

Tendo o país uma dependência energética tão elevada — praticamente de 75%, sendo que Portugal importa 80% do que consome — acho que seria irresponsável não procurarmos saber o que temos” em termos de recursos de hidrocarbonetos (carvão, gás e petróleo). Agostinho Pereira de Miranda diz que até compreende a ansiedade da opinião pública em

geral, nomeadamente no que respeita às prospeções no mar algarvio mas, na verdade, “há uma grande iliteracia energética e muitas vezes as pessoas não percebem do que se está a falar”.

Nota que “o Governo tem feito pouquíssimo para o explicar”, por exemplo, que os acidentes com plataformas de exploração petrolífera são pouco frequentes e que se está a falar de uma das indústrias mais seguras do mundo. Além disso, ninguém sabe, por exemplo, qual é o futuro do petróleo. “E não será surpreen-

dente que na próxima década os materiais provenientes da extração petrolífera venham a ser o principal componente das construções de edifícios e [dar origem a] uma série de novos materiais”, sustenta ainda

Espanha já fez mais de 1200 poços de prospeção e pesquisa de petróleo. Portugal continua a saber muito pouco sobre o que tem neste domínio

aquele especialista em questões energéticas.

Ambientalista confesso, Pereira de Miranda, com participação ativa em várias atividades de organizações neste domínio, não concorda, porém, com a “contestação radical” que foi feita em relação às prospeções no Algarve.

Contrato com Sousa Cintra foi “uma farsa de opereta”

Afirma que recentemente houve “uma farsa de opereta má”, que foi o contrato de Aljezur com o empresário Sousa Cin-

tra. Frisa que isso nunca devia ter acontecido e que é um caso de “violação da lei, de incompetência técnica e de decisão política absurda”.

Na sua opinião, o investigador Sousa Cintra não tem qualquer experiência no sector petrolífero, não tinha uma empresa com a equipa de profissionais mínima (engenheiros de petróleos) e não apresentou a cautela que a lei exige. Aliás “nunca apresentou o seu currículo e foi um desastre total. Nem tinha uma sondagem e dizia que queria fazer exploração de petróleo”. Culpa o Governo anterior por

este episódio mas diz, no entanto, que nada disto justifica que o país continue a viver de costas voltadas para os seus recursos geológicos, nomeadamente para a área dos hidrocarbonetos.

Dá como exemplo Espanha, que já fez mais de 1200 poços até hoje, e não compreende porque é que a Chevron no passado — década de 80 — tenha sido mandada embora de Portugal. “Isso fez com que durante 30 anos nenhuma grande companhia se interessasse por Portugal. E isso é trágico. Portugal não sabe o que tem neste domínio”. V.A.